

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

A INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO
NO BRASIL: TENTATIVAS DE IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO
DE CABODIFUSÃO, UM ESTUDO DE CASO.

Daniel Koslowsky Herz

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial
para a obtenção do Grau de Mestre em Comunicação

BRASÍLIA - 1983

Ao Professor Homero Simon,
que é um exemplo de desprendimento,
integridade e infinita disposição de
luta por um Brasil melhor.

À Jane Maria,
Companheira de todas as horas,
que tudo fez para ajudar e até
para agüentar a elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas do Curso de Mestrado em Comunicação da UnB: Cesar Valente, Luiz Lanzetta, José Mota, Jane Sarques, Edson Berbari, Maria Luíza Mendonça, Nelson Torreão, Virgínia Braga, Carlos Augusto Setti, Meneleu e Denise Alves; pelo companheirismo e amizade.

Ao Professor Murilo Ramos que, como orientador, deu todo apoio para possibilitar a apresentação dessa dissertação.

Aos professores Carlos Chagas e Helene Barros - que, junto com o professor Murilo Ramos, integraram a Banca que avaliou esta dissertação - pela verdadeira demonstração de espírito universitário.

A Maria Helena Hermosilla de Los Angeles Drumond Saraiva, Carlos Alves Miller, Adelmo Genro Filho; que ajudaram a encontrar caminhos.

A meus pais: Walter, por ter sempre cobrado honestidade e seriedade no desempenho das atividades profissionais, e Ada, pela lição cotidiana de paciência e tolerância; e também por terem viabilizado grande parte do trabalho que aqui está relatado.

A Glauçimeri Tereska, Ivani (Wáni) Piccinin e Janete Fernandes, por terem atravessado noites de trabalho e demonstrado imensa solidariedade na difícil tarefa de datilografar e montar esta dissertação que também contou com a generosa colaboração de Viviane Goulart.

A meus alunos do Curso de Comunicação Social da UFSC, pela convivência que anima para o trabalho.

A todos quanto, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta dissertação chegasse a ser concluída: professores e funcionários na UnB e da UFSC, amigos de dentro e fora da Universidade.

ABSTRACT

A presente dissertação analisa o processo de implantação das tecnologias de comunicação de massa no Brasil, particularizando o exame das tentativas, a partir da década de 70, de introdução do serviço de cabodifusão. O trabalho pretende demonstrar que a iniciativa de criação desse serviço pelo Ministério das Comunicações decorreu da pressão de grupos econômicos ligados à indústria cultural e à indústria eletrônica. Essa pressão se tornou possível pela inexistência no País de uma política explícita de radiodifusão ou de comunicação. A legislação vigente sobre a matéria é denunciada como um mero instrumento de legitimação das políticas adotadas implicitamente pelo Governo. A dissertação constata um acelerado processo de renovação tecnológica dos meios de comunicação de massa que tem origem na década de 60 com a implantação da Rede Globo. Essa Rede foi financiada pelo capital estrangeiro e amparada politicamente pelos setores da burguesia financeira industrial multinacional e associada que ocuparam o Estado após o golpe militar de março de 1964. Nessa abordagem é destacado o papel político e econômico da Rede Globo que, concentrando mais de 35% da totalidade das verbas publicitárias aplicadas no País, condiciona a organização de todos os meios de comunicação de massa. A dissertação procura demonstrar a viabilidade e a necessidade da intervenção política - pelas categorias profissionais da área de comunicação, pelas correntes operárias e populares e demais setores democráticos - sobre a orientação que está se dando à aplicação das tecnologias de comunicação no Brasil. Essa viabilidade e necessidade são particularmente evidentes no presente momento, em que há contradições e disputas em torno das aplicações

da microeletrônica e da formulação de uma "política de informáti-
ca", que estão dividindo o Governo e as classes dominantes.

ABSTRACT

The present dissertation analyses the process of implantation of mass media technology in Brazil, in particular the attempts, since the 1970's, to introduce the cablecasting service. The study proposes to demonstrate that the initiative of the Ministry of Communication to create this service was determined by the pressure of economic groups linked to the cultural and electronic industries. This pressure was only possible for lack of an explicit Policy in the area of broadcasting and communication. The standing legislation on the matter is denounced as being a mere instrument of legitimation of the policies implicitly adopted by the Government. The dissertation reveals an accelerated process of technological renovation of the mass media, which started back in the sixties with the implantation of "Rede Globo". This network was financed by foreign capital and politically supported by sectors of the financial-industrial multinational and associated bourgeoisie which took over after the military coup of march 1964. This approach stresses the political and economical role played by "Rede Globo" which, through the concentration of over 35% of the totality of the country's advertising funds, conditions the organization of the entire mass media. The dissertation tries to demonstrate the feasibility and necessity of political intervention - through professional categories of the area of communication, labor and class movements and other democratic sectors - in the orientation being given to the application of communication technology in Brazil. This feasibility and necessity are particularly evident at this present moment in which contradictions

and disputes about the application of micro-electronics and about the definition of a "policy of informatics" are dividing the Government and the dominating classes.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

A INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO
NO BRASIL: TENTATIVAS DE IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO
DE CABODIFUSÃO, UM ESTUDO DE CASO.

VOLUME I

Daniel Koslowsky Herz

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial
para a obtenção do Grau de Mestre em Comunicação

BRASÍLIA - 1983

SUMÁRIO

VOLUME I

INTRODUÇÃO.....	01
O método de investigação.....	01
O método de exposição.....	14
NOTAS.....	18
1. AS NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO.....	20
1.1. A Revolução Tecnológica da Microeletrônica.....	20
1.2. A Microeletrônica e os "gadgets".....	27
1.3. A Microeletrônica e os Sistemas de Comunicação.....	29
NOTAS.....	40
2. SÍNTESE DA HISTÓRIA DA RADIODIFUSÃO NO BRASIL.....	42
2.1. Interiorização da tecnologia: 1919 a 1930.....	43
2.2. O primeiro Sistema Nacional de Comunicações: 1930 a 1945.....	45
2.3. A internacionalização do Sistema de Comunicações: 1945 a 1983.....	48
2.3.1. A contra-ofensiva imperialista: 1945 a 1950	48
2.3.2. Retomada populista: 1951 a 1954.....	49
2.3.3. Abertura na economia: 1954 a 1960.....	51
2.3.4. Crise da Democracia Representativa: 1961 a 1964.....	52
2.3.5. O Sistema Global: 1964 a 1983.....	55
NOTAS.....	57
3. A ORIGEM DA ATUAL POLÍTICA BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO: A INSTALAÇÃO DA REDE GLOBO.....	59
3.1. 1960 e 1961: A preparação do modelo.....	59
3.2. O cerco à Radiodifusão: a Globo capitula.....	63
3.2.1. O namoro indireto.....	68
3.3. 1962: É dada a partida.....	73
3.3.1. 28/6/62: Constituição da TV Globo.....	73
3.3.2. 16/7/62: Começa a maré de dólares.....	77
3.3.3. 24/7/62: Assinatura dos contratos Globo/Time-Life.....	78
3.3.4. O contrato principal.....	79

3.3.5.	O contrato de Assistência Técnica.....	86
3.4.	1963: A lenta evolução.....	92
3.4.1.	7/1/63: A versatilidade de "O Globo".....	92
3.4.2.	24/2/63: Mais dólares.....	93
3.4.3.	A comunicação devolvida.....	94
3.5.	1964: A estratégia em prática	94
3.5.1.	27/5/64: A primeira manobra oficial	94
3.5.2.	Outubro de 1964: A estratégia revelada.....	97
3.5.3.	Dezembro de 1964: Inauguração frustrada, dólares, denúncia.....	99
3.6.	1965: A Globo decola e explode o escândalo.....	100
3.6.1.	15/1/65: Redefinição tática, um novo contrato.....	100
3.6.2.	15/1/65: Anulado o contrato principal.....	105
3.6.3.	5/2/65: Marinho comunica à Castelo Branco, o futuro presidente também soube de tudo.....	106
3.6.4.	11/2/65: Cartório invadido, rasgada escritura da Globo.....	107
3.6.5.	28/4/65: Inaugurada a TV Globo, canal 4 e os dólares recomeçam a chegar	108
3.6.6.	9/6/65: A reafirmação da denúncia.....	108
3.6.7.	10/6/65: A prisão do "agente".....	109
3.6.8.	15/6/65: Denúncia ao Ministério da Justiça.....	110
3.6.9.	21/6/65: Do Ministério da Justiça ao CONTEL.....	110
3.6.10.	21/6/65: Do CONTEL ao Banco Central.....	110
3.6.11.	23/6/65: Aberto processo.....	111
3.6.12.	1/7/65: Do Banco Central ao CONTEL.....	111
3.6.13.	16/7/65: Nova denúncia de Lacerda.....	111
3.6.14.	19/7/65: Do Ministro da Justiça ao CONTEL.....	112
3.6.15.	27/7/65: Do CONTEL à Globo.....	112
3.6.16.	30/7/65: Da Globo ao CONTEL.....	113
3.6.17.	20/8/65: Chega "Joe", o outro "agente".....	113
3.6.18.	24/8/65: Da Globo ao CONTEL.....	122
3.6.19.	Agosto de 65: No CONTEL, parecer pede cassação da Globo.....	122
3.6.20.	26/8/65: Enquanto isso, a Globo pede mais concessões.....	123
3.6.21.	16/9/65: CONTEL pede todos os documentos.....	123
3.6.22.	23/10/65: Pedida a criação de CPI.....	124
3.6.23.	26/10/65: CONTEL insiste junto à Globo.....	124
3.6.24.	29/10/65: Globo diz que não pode enviar documentos.....	125
3.6.25.	11/11/65: Selados os contratos.....	125
3.6.26.	2/12/65: Contratação de Walter Clark.....	126

3.6.27.	21/12/65: Dólares continuam chegando.....	126
3.6.28.	30/12/65: Demissão de Rubens Amaral.....	126
3.7.	Depois do escândalo, a construção da Globo.....	127
3.7.1.	Janeiro de 1966: A campanha de Calmon.....	127
3.7.2.	17/1/66: Castelo promete apurar.....	129
3.7.3.	18/1/66: A Standard Oil ameaça, "vamos estraçalhá-lo".....	129
3.7.4.	18/11/66: Recomeçam as remessas de dólares.....	133
3.7.5.	20/1/66: Criada Comissão de Alto Nível para investigar infiltração estrangeira.....	133
3.7.6.	20/1/66: Empresários de comunicação lançam manifesto.....	134
3.7.7.	21/1/66: Globo responde a um CONTEL ineficiente e desaparelhado.....	135
3.7.8.	CONTEL confia na Comissão, Comissão mostra incompetência.....	139
3.7.9.	Final de janeiro: Globo quer fim da Comissão de investigações, JB apoia.....	140
3.7.10.	31/1/66: Globo e JB desligam-se da ABERT.....	144
3.7.11.	11/2/66: Associação Interamericana de Radiodifusão apóia ABERT.....	144
3.7.12.	22/2/66: Reclamatória de Rubens Amaral.....	144
3.7.13.	11/3/66: Calmon reeleito presidente da ABERT.....	146
3.7.14.	24/3/66: Calmon dá coletiva à imprensa internacional.....	147
3.7.15.	30/3/66: Criada a CPI Globo/Time-Life.....	147
3.7.16.	14/6/66: Reações Militares.....	148
3.7.17.	A intervenção de Roberto Campos.....	149
3.7.18.	15/4/66: Rejeitado Parecer do DCT que pedia cassação.....	158
3.7.19.	26/4/66: CONTEL decide "dar tempo" à Globo.....	159
3.7.20.	17/5/66: Ministro da Justiça referenda CONTEL.....	165
3.7.21.	20/5/66: CONTEL formaliza prazo da Globo.....	166
3.7.22.	Agosto de 1966: Globo recorre da decisão do CONTEL e festeja com o Presidente Castelo Branco.....	166
3.7.23.	22/8/66: CPI condena Globo.....	173
3.8.	1967 e 1968: A "legalização" da Globo.....	174
3.8.1.	14/2/67: Indeferido recurso da Globo.....	174
3.8.2.	13/3/67: Globo não se conforma, Castelo "chuta" para frente.....	175
3.8.3.	23/9/68: O Marechal Costa e Silva "legaliza" a Globo.....	181
3.9.	A construção da Globo e o novo Brasil.....	183
3.9.1.	O fortalecimento financeiro.....	183

3.9.2.	O apoio técnico: equipamentos, filmes, engenheiros, etc.....	185
3.9.3.	No ar, a nova televisão brasileira: A estratégia Global.....	188
3.9.4.	A Globo e o Brasil pós-64.....	192
3.10.	Radiodifusão: O Impasse Político.....	203
-3.10.1.	O papel da Globo e a "política" de radiodifusão.....	208
3.10.2.	O impasse jurídico e político da Radiodifusão brasileira.....	214
3.10.3.	As bases da nova "política" de Radiodifusão.....	219
3.10.4.	A "velha política" garante as novas tecnologias.....	223
	NOTAS.....	226

VOLUME II

4.	A LUTA PELA IMPLANTAÇÃO DA CABODIFUSÃO: A PRESSÃO PELA RECICLAGEM DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO.....	235
4.1.	O surgimento da Cabodifusão: As origens na década de 40, técnica antiga, tecnologia nova.....	235
4.2.	Cabodifusão "uma tecnologia dialética?".....	239
4.3....	A cabodifusão no mundo.....	245
4.3.1.	Evolução da Cabodifusão nos EUA.....	245
4.3.2.	Canadá.....	254
4.3.3.	Japão.....	257
4.3.4.	Inglaterra.....	259
4.3.5.	Itália.....	261
4.3.6.	Holanda.....	263
4.3.7.	Suíça.....	265
4.3.8.	Bélgica.....	266
4.3.9.	Espanha.....	268
4.3.10.	França.....	268
4.4.	Cabodifusão: Primeiras movimentações no Brasil.....	269
4.4.1.	1971: Interesses já se manifestam.....	269
4.4.2.	1973: Concluída minuta da Regulamentação, MEC é informado.....	270
4.4.3.	Dezembro de 1973: Manobras no Seminário, a Globo na espreita.....	271
4.4.4.	1974: Concluído projeto de Regulamentação do Serviço de Cabodifusão.....	273
4.4.5.	Julho de 1974: TELEBRÁS contra Universidades.....	273
4.5.	A mobilização da "Sociedade Civil": o primeiro "round".....	276
4.5.1.	Mai de 1974: A criação da APC.....	276
4.5.2.	Julho de 1974: A Universidade toma a iniciativa.....	277

-4.5.3.	Agosto de 1974: A Universidade ataca.....	278
4.5.4.	Fevereiro de 1975: Investigações começam a ter sucesso.....	281
4.5.5.	26/2/75: Empresário revela manobras para elaborar Regulamentação.....	283
-4.5.6.	Março de 1975: A infrutífera busca do diálogo.....	287
4.5.7.	19/5/75: A denúncia.....	287
4.5.8.	20/5/75: Ameaças pelo telefone, Secretário da Segurança diz que é "bobagem".....	288
-4.5.9.	22/5/75: JB divulga denúncia.....	290
4.5.10.	23/5/75: Denúncia na Assembléia Legislativa.....	290
4.5.11.	4/5/75: Denúncia na Câmara Federal.....	290
4.5.12.	9/6/75: JB abre as baterias.....	291
4.5.13.	10/6/75: ABERT reage.....	292
4.5.14.	13/6/75: JB divulga nomes dos implicados.....	294
4.5.15.	15/6/75: Diários Associados defendem a Globo.....	295
4.5.16.	19/5/75: No Japão, fala o Ministro.....	295
4.5.17.	20/6/75: Rádio JB deixa a ABERT.....	296
4.5.18.	25/6/75: Grandes mobilizações.....	296
4.5.19.	25/6/75: Secretário de Radiodifusão expõe os planos.....	297
4.5.20.	25/6/75: Empresários fazem demonstração de força.....	298
4.5.21.	25/6/75: APC depõe na Câmara Federal.....	302
4.5.22.	28/6/75: AGERT e "O Globo" atacam APC.....	305
4.5.23.	30/6/75: Ministério dirige-se à APC.....	307
4.5.24.	8/7/75: Afastado o Secretário de Radiodifusão.....	309
4.5.25.	Outubro de 1975: Pressões continuam.....	311
4.5.26.	Abril de 1976: Ministério insiste na regulamentação.....	311
4.6.	O projeto de 1975 e a primeira derrota.....	313
4.6.1.	A proposta oficial para a Cabodifusão no Brasil.....	313
4.6.2.	Um projeto viciado.....	317
4.6.3.	O projeto vetado, ato final de uma derrota.....	320
4.7.	O projeto de 1979.....	321
4.7.1.	5/6/79: Ministério retoma iniciativa e quer aprovação por Decreto.....	321
4.7.2.	Principais diferenças dos projetos de 1975 e 1979.....	322
4.7.3.	A presença marcante do interesse privado-comercial.....	325
4.7.4.	A crise das Telecomunicações.....	326
4.8.	A mobilização da "sociedade civil": O segundo "round".....	335
4.8.1	Junho de 1979: O projeto interceptado.....	335
4.8.2.	12/8/79: A primeira denúncia.....	335

4.8.3.	17/8/79: Primeiro discurso na Câmara Federal.....	336
4.8.4.	19/8/79: Nova denúncia, Código pode ser enviado em regime de urgência.....	336
4.8.5.	21/8/79: Primeiro pronunciamento no Senado.....	337
4.8.6.	23/8/79: Ministério suspende tramitação.....	337
4.8.7.	29/8/79: Novos pronunciamentos na Câmara.....	338
4.8.8.	3/9/79: Ministério diz que "é só entender os cabos".....	339
4.8.9.	5/9/79: Engenheiros contestam Ministro das Comunicações.....	339
4.8.10.	Setembro/outubro de 1979: Intensa mobilização.....	341
4.8.11.	13/10/79: Jornalistas denunciam e querem debate.....	343
4.8.12.	14/10/79: Reveladas as razões do Ministério.....	343
4.8.13.	14/10/79: Ministro define linha de argumentação.....	346
4.8.14.	17/10/79: Ministro admite dificuldade de convencer deputados.....	347
4.8.15.	18/10/79: Ministro admite recuo mas não desiste.....	347
4.8.16.	21/10/79: Estudantes de comunicação reivindicam debate.....	348
4.8.17.	21/10/79: Escolas de Engenharia reclamam debate.....	349
4.8.18.	22/10/79: Ministério desloca seu "staff".....	350
4.8.19.	23/10/79: Na última hora, Conselho é ativado.....	352
4.8.20.	24/10/79: Perplexidade dos técnicos do Ministério.....	353
4.8.21.	24/10/79: Ministro depõe na câmara.....	354
4.8.22.	Depoimento do Ministro: outras informações importantes.....	363
4.8.23.	25/10/79: A péssima repercussão do depoimento.....	368
4.8.24.	26/10/79: General ataca Ministro.....	369
4.8.25.	28/10/79: Ministro diz que não responde a General.....	372
4.8.26.	28/10/79: "Interessados" se manifestam.....	373
4.8.27.	5/11/79: Secretário-Geral se mantém intransigente.....	375
4.8.28.	9/11/79: Ministério recua, a segunda derrota.....	377
4.8.29.	9/11/79: Representação no DENTEL contra Wilson Britto.....	378
4.9.	1980 a 1983: A nova estratégia.....	379
4.9.1.	Maio de 1980: Secretário de Radiodifusão pede colaboração de empresários.....	379
4.9.2.	Junho de 1980: Ministério retoma o projeto.....	380
4.9.3.	Setembro de 1980: Continua a experiência da Barra.....	380
4.9.4.	Outubro de 1980: Ministério tenta antecipar legislação de telecomunicações.....	381
4.9.5.	Novembro de 1980: Grupos continuam interessados.....	381

4.9.6.	Novembro de 1981: Lei de telecomunicações no Planalto.....	382
4.9.7.	Julho de 1982: A nova estratégia de implantação do serviço de cabodifusão.....	382
4.9.8.	8/3/83: Ministério diz que Universidades não podem ser ouvidas.....	384
4.9.9.	A estratégia para a década de 80.....	385
	NOTAS.....	391
5.	UM NOVO ROUND NA LUTA PELA RECICLAGEM DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL.....	399
5.1.	A contradição entre as áreas de informática e de telecomunicações.....	399
5.1.1.	1965/1972: A iniciativa da marinha.....	400
5.1.2.	1972/1976: CAPRE, primeira fase, um "forum" técnico.....	402
5.1.3.	1976/1979: CAPRE, segunda fase, um limitado "forum" político.....	405
5.1.4.	1979: O aguçamento das contradições e a criação da SEI.....	407
5.1.5.	A SEI e as contradições com o Ministério das Comunicações.....	417
5.2.	O avanço dos interesses privados e multinacionais.....	437
5.2.1.	O "caso" Videotexto.....	437
5.2.2.	O "caso" Teletexto.....	446
5.2.3.	O "caso" TV por assinaturas.....	452
	NOTAS.....	455
	CONCLUSÃO.....	460
	BIBLIOGRAFIA.....	467

VOLUME III

ANEXOS:

01.	Artigo 160 da Constituição.....	01
02.	Documento de constituição da TV Globo Ltda.....	03
03.	Parecer contrário à concessão de câmbio preferencial à Rádio Globo.....	06
04.	Dólares recebidos pela Globo.....	09
05.	Principais disposições do Contrato Principal.....	13
06.	Contrato de Assistência Técnica.....	19

07.	Contrato de Arrendamento.....	24
08.	Denúncia do Governador Carlos Lacerda.....	37
09.	Segunda denúncia do Governador Carlos Lacerda.....	41
10.	Manifestação de empresários contra infiltração estrangeira.....	43
11.	Parecer aprovado por Castelo Branco.....	46
12.	Parecer aprovado por Costa e Silva.....	57
13.	O DENTEL, a Globo e a prática do 'merchandising'.....	61
14.	Limite de posse de concessões nos anteprojetos do Código Brasileiro de Telecomunicações.....	87
15.	Ofício do Ministério das Comunicações à APC.....	89
16.	Ofício do Ministério das Comunicações à UFRGS.....	93
17.	JB divulga denúncia da APC.....	96
18.	JB ataca Ministério das Comunicações, Globo e ABERT.....	98
19.	Resposta da ABERT ao JB.....	100
20.	JB amplia divulgação de denúncias da APC.....	102
21.	Diários Associados e Globo atacam JB.....	104
22.	Secretário de Radiodifusão anuncia Cabodifusão.....	106
23.	Empresários fazem homenagem-desagravo ao Presidente da ABERT.....	108
24.	Globo e AGERT atacam APC.....	112
25.	Anteprojeto de Regulamento do Serviço de Cabodifusão, 1975.....	114
26.	Anteprojeto de Regulamento do Serviço de Cabodifusão, 1979.....	163
27.	Artigo denuncia projeto do Ministério das Comunicações.....	214
28.	Artigo denuncia ameaça de manobra do Ministério das Comunicações.....	217
29.	Artigo expõe posições do Ministério das Comunicações sobre Cabodifusão.....	219
30.	Carta aberta do ENECOM.....	224
31.	Manifesto de professores e estudantes da UnB.....	226
32.	Matérias do Estadão, JB e Globo sobre depoimento do Ministério das Comunicações.....	229
33.	General ataca Ministro das Comunicações.....	231
34.	Secretário-Geral do Ministério das Comunicações debate na UnB.....	235

35.	Representação junto ao DENTEL.....	237
36.	Documento da FIESP contra Política de Informática da SEI.....	243
37.	Autorização de funcionamento do Videotexto da TELESP.....	245
38.	Resposta do Ministério das Comunicações ao Departamento de Artes da UFRGS.....	247
39.	Ofício revela preocupação dos empresários com "filosofia".....	249
40.	Ofício revela que empresários distinguem questões "técnicas" e "políticas".....	251
41.	Ata de reunião secreta do GEICOM.....	254
42.	Resposta do Ministério das Comunicações ao Reitor da UFSC.....	276

INTRODUÇÃO

O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

A temática abordada no presente trabalho não derivou de uma escolha arbitrária ou de mera curiosidade intelectual do autor. Essa temática se impôs por uma necessidade concreta originada da prática profissional e das preocupações e da ação política. O esforço de compreensão do objeto estudado iniciou muito antes do trabalho "acadêmico". São quase dez anos de acompanhamento e intervenção efetiva sobre o objeto, aqui sintetizados no registro e na interpretação dos fatos.

Mesmo revestido dessas características o trabalho não recusa a fundamentação teórica e metodológica. E não poderia ser de outro modo, pois a teoria e o método são fundamentais para a ação. Mas é preciso destacar que a metodologia aqui empregada não é um mero "procedimento teórico" que se forja à margem dos processos sociais, não é um "mecanismo intelectual" asséptico e despido de interesses. Aliás, merece reservas o pensamento que, nas ciências sociais pretende reduzir-se à uma reflexão externa aos fatos sociais. A investigação teórica nas ciências sociais não pode existir desvinculada da análise empírica da realidade social concreta. Quanto mais o investigador se reconhecer imerso nessa realidade, mais possibilidades terá de integrar fenômeno e essência.

Não basta, porém imergir nos fatos para decifrá-los, para entender sua essência e para desvendar sua concreticidade. É preciso que o investigador esteja munido de um método de revelação desses fatos. A metodologia de investigação empregada no

presente trabalho aproxima-se da realidade como parte interessada e, exatamente por isso, precisa ser eficaz. E, por necessitar de eficácia, preocupa-se com a verdade. A verdade, para esse método, não é uma simples aspiração intelectual, é uma necessidade política.

O marco teórico cujas linhas mais evidentes aqui se rão apresentadas, foi o resultado de um profundo envolvimento com o objeto. É um marco teórico que, em parte, se constituiu a partir do próprio objeto. E embora esse marco teórico tenha um perfil nítido, que aqui procuramos demonstrar, ele vai aparecer com toda sua força na exposição do objeto. O método, e sua conseqüente abordagem teórica, não aparecerá aqui separado do objeto, como acontece com certos trabalhos que chegam a ter capítulos "empíricos" e capítulos "teóricos". O nosso método se evidencia nos princípios através dos quais a realidade foi apreendida e no modo pelo qual ela é revelada. O método empregado nesse trabalho não é um mero protocolo de intenções, mas sim um conjunto de princípios que estão subjacentes a cada fato que aqui registramos, na identificação da essência desses fatos e no modo como eles estão aqui expostos.

Não sendo o método uma cartilha ou um manual de procedimentos técnicos que se consulta a cada momento ou a cada porção da realidade examinada, trata-se de traçar então o perfil das concepções que orientam apreensão do real. Já no projeto de dissertação procuramos evitar as intermináveis discussões metodológicas. Octávio Ianni ressalta que a infindável discussão das "questões preliminares" corresponde a um período de "institucionalização da sociologia" que trouxe mais prejuízos do que benefícios (1). É evidente que certa problemática só se impõe a par

tir de determinada teoria. Mas a teoria não é um fim em si mesma: constitui um meio de apropriação da realidade. O cientista social não pode alimentar-se apenas do deleite intelectual: tem que estar disposto a dar consequência política às suas teorias. A teoria, por isso, tem que estar indissolúvelmente ligada à prática. A teoria deve buscar na realidade social, inspiração e legitimidade.

A constatação mais elementar que podemos fazer acerca da realidade concreta é que ela existe independente da consciência humana e, geralmente, dos desejos do homem. A luta pelo conhecimento das suas múltiplas facetas, é a luta contra a autonomia dos fenômenos que nela se manifestam. Conhecer a realidade - especialmente a social - é entender o homem no seu interior, é perscrutar o próprio ato de conhecimento como seu componente. Acreditamos, portanto, num conhecimento que corresponde a um processo global da práxis: conhecer é tanto submeter a realidade, como entender nossa submissão a ela; é superar a objetividade constatando e reconhecendo a dinâmica das necessidades, como propôs Marx: Trata-se de buscar a dimensão ontológica da práxis para conhecer a realidade social: o conhecimento surgindo vinculado às necessidades concretas da práxis.

Outra constatação elementar é a da relatividade histórica do conhecimento. A veracidade do conhecimento, a sua legitimidade, está ligada ao desenvolvimento global da ciência, da técnica e da produção que, por sua vez, estão em constante desenvolvimento. Toda verdade é sempre uma verdade histórica. E por ser histórica, a verdade e o conhecimento que a propõe vão se constituindo, se modificando, se concretizando no processo global de apropriação da realidade.

Por ser histórico, o conhecimento - e as verdades para as quais aponta - está vinculado às classes que controlam a ciência, a produção e a técnica. Torna-se importante, por isso, a análise da relação entre ciência e ideologia. Enquanto as ciências naturais podem ser consideradas "extrinsecamente ideológicas" pois é muito mais marcante um condicionamento ideológico externo, que impulsiona seus rumos - as ciências humanas, por sua vez, podem ser consideradas "intrinsecamente ideológicas" pois "no interior da teorização está o projeto humano" (2). Isto é, as ciências humanas carregam no seu interior concepções decisivas sobre o passado, o presente e o futuro da humanidade. Nas ciências humanas a objetividade está profundamente relacionada com as opções humanas, com o caráter aberto da natureza humana: "o homem é, ao mesmo tempo, investigador e investigado e por isso os projetos humanos são igualmente realidade" (3). A objetividade buscada pelas ciências humanas, embora concreta e real, só adquire todo seu sentido quando relacionada com as opções humanas que conduzem a interpretação e a ação.

Uma terceira definição importante na orientação do conhecimento é a distinção entre o método de exposição e o método de investigação. O conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a coerência dos fatos. Karel Kosik salienta esse duplo contexto dos fatos: "o contexto da realidade, no qual os fatos existem originária e primordialmente, e o contexto da teoria, em que os fatos são, em um segundo tempo, mediatamente ordenados, depois de terem sido precedentemente arrancados do real" (4). Assim, o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo atra

vés da mediação da parte: "O método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; em outras palavras, é o movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. A ascensão do abstrato ao concreto não é uma passagem de um plano (sensível) para outro plano (racional): é um movimento no pensamento e do pensamento" (5).

Enquanto a investigação é um ato de grande liberdade de criação, o ato de exposição é um processo de transformação necessária do abstrato em concreto. A reprodução da realidade em caráter científico, exige um método, lógico, coerente, necessário. Na exposição o pensamento resultante da observação tem que transformar-se numa manifestação íntegra da composição da realidade: os fatos e sua essência.

Como orientação metodológica básica entendemos que devemos partir de uma teoria e conceitos chaves ao investigar as feições da realidade. Mas essa teoria deve ser suficientemente ampla para não amarrar a investigação. Caso contrário, estaríamos, como é típico de uma tradição de pesquisa norte-americana, continuamente reuplicando modelos teóricos que se esgotam na simples descrição das feições exteriores da realidade.

No caso das ciências sociais, há uma distinção entre as determinações que definem grandes períodos e as condições referentes a especificidades históricas conjunturais. Por isso é preciso ir além da análise dos fatos singulares que compõem os fenômenos históricos em suas particularidades. É preciso buscar a universalidade dos fatos. Partimos dessa universalidade com o apoio do método científico. Daí para diante, as tarefas são essencialmente criativas.

A própria definição de hipóteses pode ser restritiva

se condicionar em demasia a investigação. Temos que iniciar com o reconhecimento da dimensão histórica e prática da realidade humana para, a partir disso, investigar a realidade nas suas determinações particulares. Hipóteses já são os resultados de uma elaboração - teórica ou intuitiva - já são respostas presumíveis. A investigação deve reintegrar a hipótese aos fatos. E o método de exposição deve reintegrar fatos - e sua essência - às respostas. E assim chegamos a uma quarta definição: devemos entender a realidade como uma totalidade, que só pode ser compreendida por uma análise abrangente e multilateral. Desse modo, por um lado, devemos promover a reintegração das disciplinas que, por razões históricas que não cabe aqui analisar, foram fragmentadas. Por outro lado, devemos basear-nos em categorias fundamentais que apanhem aquilo que é determinante nos processos sociais. Uma dessas categorias é a de formação econômico-social, que pode ser assim descrita:

"a) Um conjunto de relações sociais determinadas historicamente, em ligação com as forças produtivas da sociedade ; todo o conjunto de estratificação social e suas formas de pensamento espontâneas mais as ideologias conscientemente elaboradas. Esses valores sociais, por seu turno, formam um conjunto contraditório dentro da formação mas, apesar de todas as divergências (ou por isto mesmo) constituem um todo. Este todo

b) tem como elemento constitutivo básico a conexão estrutural entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção. Estabelecido o grau de desenvolvimento das forças produtivas e, pelo trabalho de mediação, as relações de produção correspondentes, tem-se um modelo, uma síntese do que entendemos por formação econômico-social cujas partes que a constituem

c) não nascem, desenvolvem-se e desaparecem harmonicamente, mas de forma contraditória, sendo que muitos segmentos econômicos, culturais e sociais de um modo de produção penetram como pinças, no outro, sem que isto leve a que, de um ponto de vista global, o cientista social fique impedido de estabelecer, analisando as relações fundamentais e as forças produtivas que as geram, um tipo de formação econômico-social. Desta forma

d) muitas vezes, ou melhor, na maioria das vezes o conceito de um determinado tipo de formação não existe na sua pureza: relações antigas, concepções correspondentes a outro estágio persistem, exercem influência sem que isto invalide o fundamental que tipifica o modelo em confronto com os demais" (6).

A investigação parte de um conjunto de concepções sobre a natureza da realidade social e busca, com a análise empírica, superar a contradição entre fenômeno e essência, a relação de condicionamento entre fenômeno e essência. Por isto a teoria e os conceitos-chaves de nossa investigação empírica devem ser pontos de partida de nossa pesquisa. Mas é nesse ponto de partida que devemos constatar que as leis de cada formação histórico-social tem a sua historicidade e que o nosso objeto, dentro dessa formação, é um momento, uma fração de um processo histórico que tem, ele próprio, o caráter de processo histórico. Daí que a realidade é inesgotável em suas feições e o problema é como alcançar a riqueza da totalidade com as inevitáveis limitações empíricas de sua revelação. É necessário, por isso, uma noção consistente do que significa compreender dialeticamente a totalidade:

"A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e

conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes" (7). "Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético - isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída - se são entendidos como partes estruturais do todo.

"(...) totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta. Se a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dado uma vez por todas), que vai se criando (e que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las), de semelhante concepção da realidade decorrem certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação heurística e princípio epistemológico para estudo, descrição, compreensão, ilustração e avaliação de certas seções tematizadas da realidade, quer se trate da física ou da ciência literária, da biologia ou da política econômica, de problemas teóricos da matemática ou de questões práticas relativas à organização da vida humana e da situação

social" (8).

"A dialética não pode entender a totalidade como um todo já feito e formalizado, que determinar as partes, porquanto a própria determinação da totalidade pretendem a gênese e o desenvolvimento da totalidade, o que, de um ponto de vista metodológico, comporta a indagação de como nasce a totalidade e quais são as fontes internas de seu desenvolvimento e movimento. A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações; própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas a criação do conteúdo mas também criação do todo. (...) A criação da totalidade como estrutura significativa é, portanto, ao mesmo tempo, um processo no qual se cria realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os seus fatores e partes" (9).

No caso do presente trabalho, nosso objetivo é examinar um processo de introdução de novas tecnologias de comunicação numa dada formação histórico-social. Entendemos que há duas vertentes principais para essa análise: uma, leva ao exame das potencialidades dos recursos técnicos, das suas possibilidades intrínsecas e da sociabilidade que geram ou poderiam gerar; a outra, conduz à investigação das condições históricas que resultam em determinada tecnologia e levam a um determinado uso social dos recursos técnicos. As duas análises se complementam, mas tem especialidade própria.

Nossa dissertação pretende privilegiar a segunda linha de análise: a investigação das condições históricas que estão envolvendo a implantação do serviço de cabodifusão ou TV por cabos no Brasil. Não examinaremos os aspectos intrínsecos da comunicação, que podemos sintetizar como o processo de mediação das

relações sociais, que simultaneamente organiza e reflete a organização dessas relações sociais. A habilidade da comunicação é uma expressão particular da ampla capacidade humana de estabelecer mediações com a natureza. A dimensão ontológica da comunicação só pode ser alcançada se relacionarmos comunicação e práxis, no sentido dado por Karel Kosik: "na práxis e baseado na práxis, o homem ultrapassa a clausura da animalidade e da natureza orgânica e estabelece a sua relação com o mundo como totalidade"(10). Essa totalidade resulta da unidade entre objetividade e subjetividade humana, que permite a transformação profunda da realidade material e a construção de uma natureza propriamente humana. Essa capacidade humana está sintetizada no conceito de trabalho, "que é um processo que permeia todo o ser humano e constitui a sua especificidade" (11).

A análise do trabalho evidencia o caráter central da economia na realidade humano-social. Identificando a economia como "a estrutura fundamental de objetivação humana, como a ossatura das relações humanas" (12), temos um pressuposto epistemológico decisivo para o desvendamento da comunicação. A organização da comunicação, isto é, da mediação das relações sociais, está indissolivelmente ligada à organização das relações de produção. A análise histórica de como se organizam as práticas de comunicação no Brasil e como esta organização reflete as relações de produção é justamente um dos objetivos centrais do presente trabalho.

O desenvolvimento da ciência (conhecimento sistemático, poder subjetivo de saber) e da técnica (habilidade, poder objetivo de fazer) levam surgimento da tecnologia (forma científica de desenvolver e aplicar a técnica) (13). A tecnologia, por

tanto, é expressão do conhecimento técnico e científico objetiva da num grau determinado do desenvolvimento das forças produtivas. A tecnologia contemporânea, mais do que revolucionar as relações de produção, está promovendo alterações profundas na capacidade do homem mediar a sua relação com a natureza:

"O boca da tecnologia está excluindo o homem, com seus limites físicos e mentais, da verdadeira construção; e está inroduzindo uma unidade técnica, intrínseca como técnica do trabalho automatizado. (...) Hoje, entre o homem e a natureza não interpõem apenas os utensílios e os instrumentos de trabalho, mas um processo técnico completo que, de um modo ou de outro, personifica uma ação sintética e recíproca de instrumentos e de objetos; e que está assumindo sua intrínseca forma dinâmica" (14).

A mediação das relações entre os homens também não está excluída desse processo de desenvolvimento tecnológico. E daí vem a importância da análise do desenvolvimento e das aplicações das tecnologias de comunicação: isto é, das mediações técnicas que organizam as relações sociais e são por estas organizadas. A investigação desse processo de mediação técnica das relações humanas através das tecnologias de comunicação é a investigação da socialidade humana que essas tecnologias produzem. Torna-se importante, por isso, investigar a tendência (que aqui é tomada como um pressuposto) de reprodução das relações sociais vigentes através das novas tecnologias, que é o que procuraremos demonstrar na análise da introdução das tecnologias de comunicação no Brasil. Reconhecemos, também, a importância de uma análise detalhada do rumo que a introdução dessas tecnologias impõem às relações sociais, embora esse projeto situe-se além dos objetivos desta dissertação.

Finalmente, cabe ressaltar que a natureza coletiva dos processos de comunicação viabilizada pelas tecnologias eletrônicas, é entendida no presente trabalho como um "processo de massa". Por isso usamos repetidas vezes a expressão "comunicação de massa", que aqui tem sentido descritivo e se refere à natureza coletiva do processo de comunicação que envolve as massas. Essa expressão não esconde o caráter de classe de utilização dos meios de comunicação:

"Como propriedade e instrumentos de classes determinadas, os meios de comunicação de massas tem caráter de classe. Esse caráter se manifesta sobretudo no fato de que a classe que possui os meios de produção da comunicação determina também seu conteúdo ideológico.

"A comunicação de massa, processo objetivamente necessário de comunicação (em seu sentido mais amplo de intercâmbio social de conhecimentos) não é, portanto, em processo social de compreensão, de ampliação de consciência. O uso que se faz dela serve, isto sim, à alienação das grandes massas populares, à transmissão da ideologia da classe dominante, à estabilização do sistema vigente" (15).

"A comunicação de massa se define como uma forma de comunicação social em que participam massas de pessoas. Se aplicamos à análise desta forma de comunicação as posições teóricas e metodológicas adquiridas com relação à comunicação social, teremos como resultado, entre outras coisas, pelo menos as seguintes demandas:

- Devemos analisar a comunicação de massa sob uma perspectiva histórico-concreta. Não basta a definição abstrata de seus elementos mais simples. Isto significa também que deve

mos analisar a comunicação de massa em sua determinação históri
co-concreta dentro do sistema monopolista de Estado.

-Devemos descobrir de que forma influe o modo de pro
dução capitalista na comunicação de massa.

- Devemos estudar as relações especiais dos atores da
comunicação entre si, como relações mediadas por sua posição na
praxis social, assim como a determinação dessas relações pelas
condições sociais" (16).

A perspectiva de que as massas populares superem a
condição de objeto e passem a ser sujeito dos processos coleti
vos de comunicação é, portanto, uma perspectiva científica e éti
ca que orienta esta dissertação.

Propomo-nos a investigar as condições históricas que
estão envolvendo a implantação do sistema de cabodifusão ou TV
por cabos. Para alcançar esse objetivo consideramos todas as
fontes de informação a que tivemos acesso e que pudessem aju
dar a explicar esse processo e a identificar os condicionantes
históricos que impelem essas tecnologias a um determinado uso so
cial. Trata-se de um processo que ainda está em curso. O pre
sente trabalho por isso - no nosso entendimento - ganha revelân
cia na medida em que pode contribuir para fundamentar uma inter
venção política, um posicionamento dos setores sociais que se in
teressam pelo problema. A investigação do tema foi bastante ar
bitrária: basta dizer que alguns dos fatos chegaram a ser produ
zidos com a participação do autor, num exemplo extremo do cará
ter "interessado" da intervenção do cientista social sobre a rea
lidade. A "investigação" não foi algo gerado externamente ao ob
jeto mas, ao longo de quase dez anos, foi resultando de um envol

vimento com o objeto e, inclusive, produzindo alguns efeitos sobre o próprio objeto. Parece-nos importante, por isso, discutir aqui o método de exposição adotado.

O MÉTODO DE EXPOSIÇÃO

Na análise do processo histórico que envolveu as tentativas de implantação do serviço de cabodifusão no Brasil, precisávamos de uma ampla caracterização das forças sociais que controlam os meios eletrônicos de comunicação de massa. Isto porque o próprio Governo brasileiro encara o serviço de cabodifusão como um mero "serviço de radiodifusão". Com esse enfoque, o serviço de cabodifusão seria submetido às mesmas diretrizes da política oficial de radiodifusão que garante o predomínio das empresas privado-comerciais. Desde 1964 - graças a essa política - a radiodifusão e a imprensa passaram a ser setores fortemente oligopolizados, especialmente devido à dinâmica moderna de produção que foi imposta pela Rede Globo. Não se pode abordar o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no Brasil, a partir da segunda metade da década de 60, sem tocar na Rede Globo. Esse Rede, no início da década de 80, absorveu mais de 35% do total das verbas publicitárias brasileiras e desse modo condicionou todo o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa.

Ao procurarmos caracterizar o processo histórico que envolve as tentativas de implantação do serviço de cabodifusão, concluimos que a importância da Globo - desde 1965, quando foi implantada com a intervenção do capital estrangeiro - não só é subdimensionado como também é pouco conhecida. É impressionante a indulgência, a displicência e a irresponsabilidade com que a

imprensa - quase sem exceção - e também muitos pesquisadores tra tam do processo de implantação da Rede Globo. Concluimos que que uma exposição detalhada desse processo é fundamental não só para um melhor entendimento do papel que a Globo desempenha atual mente, mas também para entendermos a pressão pela implantação de novas tecnologias que está se dando atualmente no Brasil. A Glo bo abriu uma fase de acelerada modernização dos sistemas de comu nicação de massa, inaugurou práticas empresariais compatíveis com essa modernização e inspirou políticas oficiais que amparam as pretensões privado-comerciais dessas empresas. Há muita análise sobre como as empresas de comunicação mediam os interesses do Es tado. No nosso trabalho vamos insistir num outro aspecto: como o Estado - gerindo recursos públicos como o espectro radiofônico - media os interesses dos donos dos meios de produção, na área da comunicação. Nosso trabalho procurará evidenciar como o Esta do é instrumentalizado pelos interesses capitalistas predominan tes na radiodifusão.

Procuramos, por isso, examinar com detalhe dois momen tos: a implantação da Rede Globo, que inaugura uma nova fase na renovação tecnológica dos meios de comunicação de massa no Bra sil; e as tentativas de implantação do serviço de cabodifusão , como um momento posterior e decorrente da fase inaugurada pela Globo. No final da década de 70, começou um desenvolvimento qua se irreprimível dos meios tecnológicos com as aplicações da mi croeletrônica. O contexto político da implantação de novas tec nologias de comunicação torna-se então muito conturbado até che garmos a 1983, num momento crítico para o desenvolvimento dos sistemas de comunicação: o Estado está prestes a institucional zar as novas tecnologia sob a égide dos interesses privado-comer

ciais mas - é o que procuramos demonstrar - ainda há condições políticas para se reverter tendência, face à natureza singular dos novos recursos tecnológicos e face às contradições que atravessam o Governo e os grupos econômicos dominantes.

Essa dissertação, pretende, por isso tudo, antes de ser uma análise completa, constituir uma contribuição, dentro dos seus limites, para as análises que levarão à ação, frente a um processo histórico irresolvido. No capítulo que documenta a implantação da Rede Globo, face à inexistência de registros factuais expressivos na literatura corrente (17), resolvemos detalhá-lo o máximo possível. Em primeiro lugar, porque os registros desses fatos são tão escassos quanto inacessíveis. Em segundo lugar, porque os registros, nas fontes básicas, são confusos e os fatos estão dispersos, fragmentados, pouco compreensíveis. Optamos por um método de exposição que esperamos adequado para a reintegração dos fatos e do processo histórico. Basta observar as notas do capítulo 3 para se avaliar o trabalho minucioso de coleta, cruzamento e relacionamento de informações que - esperamos - tenha chegado a um resultado satisfatório.

No capítulo 2, fazemos uma breve síntese do desenvolvimento histórico da radiodifusão no Brasil. Esse projeto, por si só, poderia consistir um tema de dissertação de mestrado. Mas nosso objetivo foi modesto: optamos por reduzir ao máximo essa síntese, valendo-nos das interpretações do período histórico que já estão praticamente incorporados ao senso comum das ciências sociais no Brasil. Trata-se de uma síntese curta e densa que propõe um quadro explicativo para os fatos mais recentes que serão examinados em detalhe. Como não nos movia a intenção de polemizar sobre a história do Brasil, corremos o risco de tomar vários

pressupostos e referir apenas as fontes mais evidentes, para não estender em demasia um capítulo que tem objetivos limitados.

No capítulo 4, referente às tentativas de implantação do serviço de cabodifusão, os fatos registrados, em certos momentos, constituem um depoimento pessoal do autor. Parte dos dados desse capítulo são inéditos e - temos certeza - proporcionam uma base documental que poderá contribuir para o aprofundamento de investigações futuras. Sobre esse assunto, não há registro similar na literatura brasileira. Por isso, procuramos utilizar o máximo possível de dados para propor uma explicação do rumo que está se dando à implantação das novas tecnologias de comunicação no Brasil.

Finalmente, cabe ressaltar que a técnica de exposição adotada, com a inclusão no texto de citações extensas - ao invés de uma simples caracterização conceitual dos fatos - corresponde à preocupação de documentar solidamente um processo que é pouco revelado (como a implantação da Globo) ou desconhecido (como os fatos referentes ao serviço de cabodifusão). Se esta base documental tiver alguma utilidade na luta pela democratização dos sistemas de comunicação de massa no Brasil e pela entrega do seu controle aos setores populares que hoje estão reduzidos à condição de consumidores, então teremos alcançado nosso maior objetivo.

NOTAS

- 1 - IANNI, Octávio. Sociologia da sociologia latino-americana. Rio. Civilização, 1971. p.12.
- 2 - GENRO FILHO, Adelmo. Ciência e ideologia. Florianópolis. Mimeo. 1983. p.8.
- 3 - Ibidem.
- 4 - KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio. Paz e Terra. 1976. p.48.
- 5 - Ibidem, p.29-30.
- 6 - MOURA, Clóvis. A sociologia posta em questão. São Paulo. Ciências Humanas. 1978. p.65.
- 7 - KOSIK. op. cit. p.42.
- 8 - Ibidem. p.35-6.
- 9 - Ibidem, p.49-50.
- 10 - Ibidem, p.206.
- 11 - Ibidem, p.180.
- 12 - Ibidem, p.109.
- 13 - MORAIS, Régis de. Ciência e tecnologia. São Paulo. Moraes, 1980. p.50.
- 14 - RICHITA, Radovan. Economia socialista e revolução tecnológica. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1972. p.16.
- 15 - ROMANO, Vicente. Estudio preliminar. In: BINSKY, Lothar. Crítica de la comunicación de massas. Madrid. Ediciones de la Torre. 1982. p.16.
- 16 - BINSKY, Lothar. Crítica de la teoría burguesa de la comunicación de massa. Madrid. Ediciones de la Torre. 1982. p.65.
- 17 - CAPARELLI, Sérgio. Televisão e capitalismo. Porto Alegre. LPM. 1982. A obra é exceção e faz uma das melhores sínteses existentes do processo de implantação da Rede Globo, embora este não seja o seu tema central.